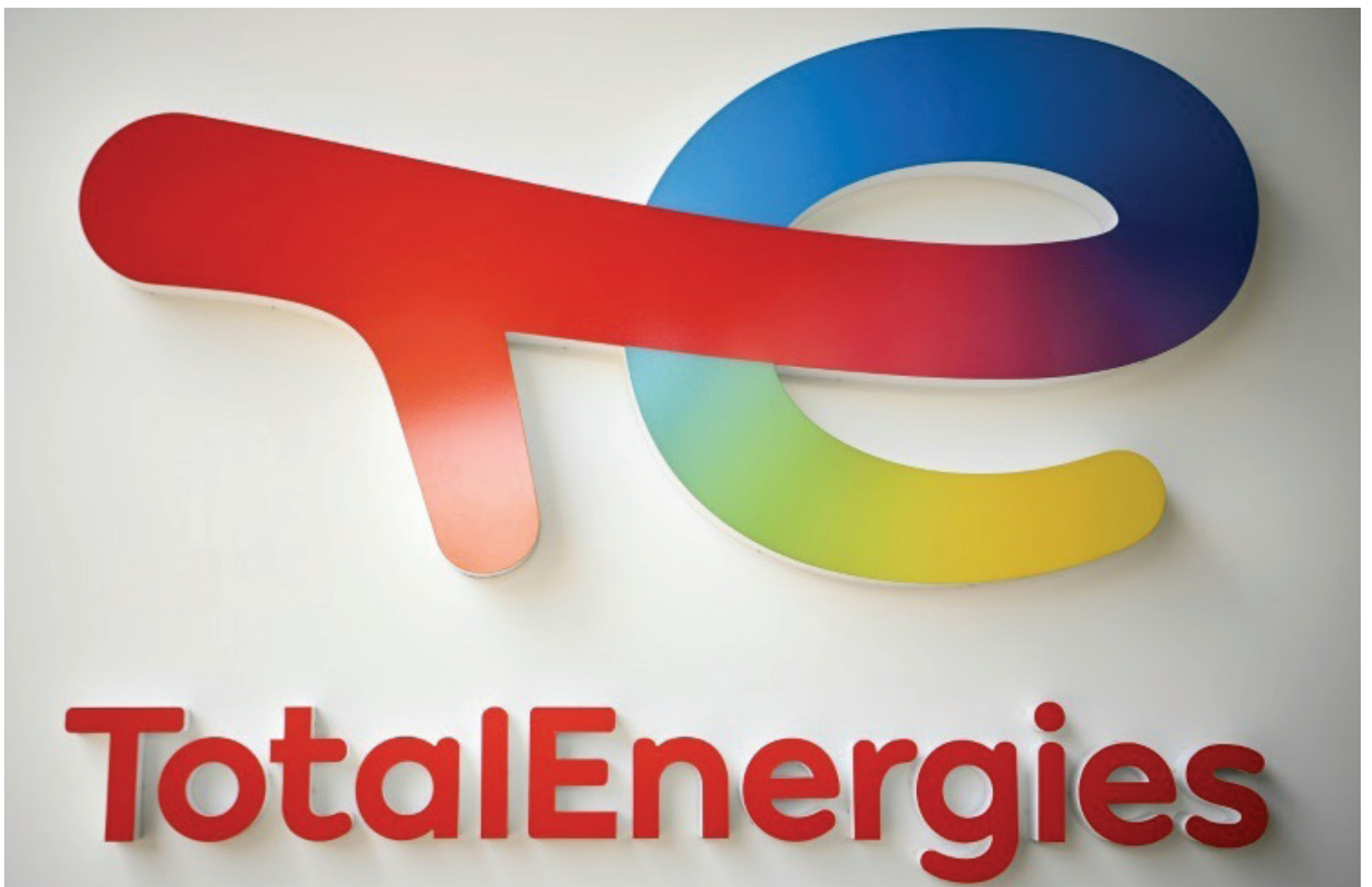


Condicionalismo de custos é um falso argumento que a TotalEnergies quer usar para atrasar a retoma do projecto Mozambique LNG

- Os custos do projecto não devem aumentar. Esta é a nova condição que deverá determinar a retoma daquele que é o primeiro projecto de gás natural onshore no país: Mozambique LNG. Esta condição é levantada num contexto em que a TotalEnergies tem assegurado um contrato com um esquema de recuperação de custos desnivelado a seu favor e que permite, de forma rápida e antecipada, recuperar os seus investimentos e fazer lucros gordos e, muito mais tarde, canalizar receitas ao Estado.



Foi alargada a lista de condicionalismos para o levantamento da força maior e a retoma do projecto Mozambique LNG. A actualização veio depois de uma visita efectuada à Província de Cabo Delgado na primeira semana do mês em curso pelo Presidente e Director Executivo da petrolífera francesa TotalEnergies, Patrick Pouyanné, com objectivo de fazer um balanço sobre a situação de segurança e humanitária na região.

As comunicações sobre o projecto desde a declaração de força maior e abandono, por tempo indeterminado, do recinto do projecto de gás na península de Afungi (em Cabo Delgado) pela multinacional, em Abril de 2021, vinham destacando reiteradamente a necessidade de criação de condições “mínimas” de segurança como o principal condicionalismo para a retoma das actividades.

Se por um lado eram visíveis os grandes esforços empreendidos pelo Governo de Moçambique para devolver a segurança e estabilidade à região (com a solicitação da intervenção de tropas estrangeiras do Ruanda e da SADC), por outro ficou evidente a impaciência do Governo ante a “resistência” da multinacional e seus parceiros na retoma das actividades ao longo do ano passado. O momento mais controverso foi quando o próprio Presidente da República, Filipe Nyusi, disse desconhecer os motivos para a não retoma das actividades mesmo com a melhoria das condições de segurança, acrescentando que, se por algum motivo a multinacional francesa decidisse suspender definitivamente as suas operações, o gás não iria “desaparecer” e poderia ser entregue a uma outra firma¹.

Transcorridos quase dois anos de “silêncio” da TotalEnergies sobre as garantias que, esporadicamente, foram sendo dadas pelo Governo sobre a melhoria das condições de segurança no teatro operacional norte, eis que o Presidente da multinacional finalmente assumiu recentemente um posicionamento sobre os seus planos quanto à retoma do projecto de cerca de 20 mil milhões de dólares. A resposta veio após uma visita que Pouyanné efectuou recentemente a Cabo Delgado, onde manteve um encontro com o Presidente da República.

No âmbito da visita, Pouyanné reconheceu a melhoria das condições de segurança em Cabo Delgado, mas condicionou o retorno definitivo a uma avaliação independente da situação humanitária na região. A missão foi

atribuída a Jean-Christophe Rufin², personalidade reconhecida pela sua expertise na área humanitária e de direitos humanos, que deverá entregar um relatório de avaliação da situação humanitária ainda em finais do mês em curso. Entretanto, existe mais uma condição que só ficou a ser conhecida uma semana depois da visita do Presidente da multinacional francesa: os custos do projecto não devem aumentar.

Segundo informações vindas do próprio CEO, a retoma do projecto não pode ser apressada e dependerá em parte dos custos, mormente a renegociação de contratos com fornecedores e subempreiteiros locais. Um outro relatório relativo aos custos do projecto deverá ser elaborado e será chave na decisão da petrolífera francesa e de “todos os parceiros do projecto”. “Não tenho pressa de recomeçar (...). Se eu vir os custos subindo cada vez mais, esperaremos”, alertou Pouyanne durante uma conversa telefónica com investidores relatada pela agência de informações financeiras Bloomberg³.

De facto, o projecto da Área 1 da Bacia do Rovuma sofreu vários atrasos que resultaram num aumento dos custos inicialmente previstos. Primeiro no contexto da pandemia da COVID-19 e depois devido às questões de segurança na região norte do país. Além dos custos adicionais de segurança (mais precisamente com o contingente militar para garantir a segurança do projecto) e os relacionados à manutenção da infra-estrutura e equipamentos durante o período de atraso, quanto mais tempo o projecto levar para ser concluído, maiores serão os custos de construção devido à inflação e à necessidade de pagar custos adicionais por mão-de-obra, equipamentos e materiais. Entretanto, é preciso lembrar que boa parte destes custos, senão todos, são recuperáveis e o contrato do projecto foi estruturado exactamente para permitir uma recuperação rápida dos mesmos logo nos primeiros anos de operação.

Condicionalismo dos custos é apenas colocado como um reforço da posição de indiferença da multinacional ante a impaciência do Governo

Assim como todos os outros projectos da Bacia do Rovuma, os termos do Contrato de Concessão de Pesquisa e Produção (EPCC, em inglês) que afectam o cronograma da alocação de receitas do projecto Mozambique LNG (incluindo os limites de recuperação de

custos, royalties e o mecanismo de partilha do ‘gás-lucro’) são fortemente enviesados a favor da empresa petrolífera. Isto implica que os custos adicionais do projecto (inclusive de segurança, que também provavelmente será recuperável nas contas fiscais dos projectos) serão, em última instância, suportados pelo Estado, reduzindo ainda mais os benefícios inicialmente previstos para o país com a exploração das reservas de GNL e, consequentemente, o potencial de serem revertidos em ganhos para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos moçambicanos.

O contrato prioriza uma recuperação rápida e antecipada do investimento da empresa enquanto o Estado apenas recebe a sua porção da receita geral muito mais tarde no cronograma de produção. É assim como está estruturado o regime fiscal que governa as receitas dos projectos de LNG da Bacia do Rovuma.

O Acordo de Partilha de Produção (PSA, em inglês), como é conhecido, prevê três principais fontes de receitas para o Estado: (i) os royalties, que constituem uma pequena percentagem do gás produzido, no caso 2%; (ii) o imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas que é avaliado com base em lucros anuais, fixado em 24% nos primeiros 8 anos e 32% nos anos seguintes; (iii) as receitas mais significativas resultantes das acções da produção total que o Estado recebe.

Na prática, da produção bruta obtida, primeiro é deduzido o pagamento dos royalties numa percentagem fixa de 2%. Subsequentemente, são recuperadas as despesas incorridas pela petrolífera (designadas gás-custo) até um limite máximo de 65% do gás pós-royalty num ano. Da diferença são retirados outros custos elegíveis e obtém-se o ‘gás-lucro’ que é repartido entre o Estado e a empresa.

Conforme mostra a tabela abaixo, todos os custos de exploração poderão ser recuperados a partir do primeiro ano de produção. O investimento de capital (os custos de construção colocados como um dos condicionalismos para a retoma do projecto) podem ser recuperados a uma taxa de 25% por ano. Os custos operacionais (gestão e funcionamento da planta) são totalmente dedutíveis a cada ano. As despesas com o serviço da dívida e outros custos elegíveis que não possam ser usados num determinado ano podem ser transferidos para os anos seguintes (carry-forward), até que sejam totalmente recuperados.

¹ Cavele, A. (2022, 4 de Agosto). Nyusi admite que terrorismo não termina e diz que a vida não para. *O País*. Disponível a partir <https://opais.co.mz/nyusi-admite-que-terrorismo-nao-termina-ea-diz-que-a-vida-nao-para/> [Consultado em 08/08/2022]

² Carta de Moçambique. Patrick Pouyanné esteve ontem em Maputo: TotalEnergies contrata Jean-Christophe Rufin para averiguar situação em Cabo Delgado. Disponível em <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/12899-patrick-pouyanne-esteve-ontem-em-maputo-totalenergies-contrata-avaliacao-independente-para-averiguar-situacao-de-em-cabo-delgado> (Consultado 17/02/2023)

³ Club of Mozambique. (2023, 13 de Fevereiro). Costs of Mozambique LNG project mustn't rise, TotalEnergies warns. Disponível em <https://clubofmozambique.com/news/costs-of-mozambique-lng-project-mustnt-rise-totalenergies-warns-233663/> (Consultado 17/02/2023)

Termos para a recuperação de custos	
Categoria de despesa	Termos
Exploração	100%
Despesas de Investimento	25%
Serviço da dívida	ilimitado
Custos operacionais	100%
Carry-forward	ilimitado

Até a repartição do gás lucro entre a empresa e o Estado obedece a uma escala decrescente que começa fortemente a favor da empresa. Por exemplo, no primeiro ano de produção, 90% do 'gás lucro' vai para a empresa e apenas 10% para o Estado. Apenas a longo prazo, o gás lucro será dividido igualmente ou uma porção relativamente maior

irá para o Estado.

Outrossim, é importante notar que os contratos de fornecimento de GNL geralmente têm cláusulas que permitem o repasse dos custos adicionais aos compradores, se esses custos estiverem relacionados a eventos fora do controlo do produtor (incluindo atrasos na construção de infra-estrutura ou mudanças


na legislação ou regulamentação aplicáveis). Em todo o caso, os custos adicionais não seriam, em última instância, suportados pela empresa, pelo que, o condicionalismo dos custos é apenas colocado como um reforço da posição de indiferença da multinacional à impaciência do Governo de Moçambique: não há pressa para a retoma do projecto.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Gabriel Manguela
Layout: CDD

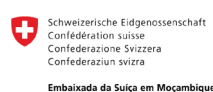
Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

